

Seguem as considerações da equipe de planejamento da contratação acerca da peça impugnatória ao Edital nº 13/2023, imposta pela empresa MARTIM BIANCO COMERCIO E INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.438.775/0001-02:

Considerando inicialmente, cumpre esclarecer que as decisões tomadas na persecução do presente processo licitatório estão em perfeita consonância com os dispositivos legais pertinentes à licitação existente no ordenamento jurídico brasileiro, tendo sido observados os princípios concernentes à atuação da Administração Pública, quais sejam: os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, sustentabilidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, dentre outros.

Considerando da impugnação que trata ***“Da Exigência de Laudo de ensaio em nome do fabricante comprovando que a tinta utilizada é livre de metais pesados (Pb, Cd, Hg, Cr6+, PBB e PBDE)”*** retificamos:

Onde se lê: “Apresentar laudo de ensaio em nome do fabricante realizado por laboratório acreditado pelo INMETRO conforme previsto no artigo 5º, inciso IV da instrução normativa 1 de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão comprovando que a tinta utilizada é livre de metais pesados (Pb, Cd, Hg, Cr6+, PBB e PBDE)”; **leia-se** “Apresentar laudo de ensaio em nome do fabricante realizado por laboratório acreditado pelo INMETRO conforme previsto no artigo 5º, inciso IV da instrução normativa 1 de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão comprovando que a tinta utilizada é livre de metais pesados (Pb, Cd, Hg, Cr6+, PBB e PBDE) ou laudo por uma declaração do fabricante atestando que os bens a serem fornecidos não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS.”

Destacamos que a exigência de um laudo de ensaio em nome do fabricante, comprovando que a tinta utilizada é livre de metais pesados, como chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr6+), polibromobifenilos (PBB) e polibromodifeniléteres (PBDE), em um processo licitatório para aquisição de móveis corporativos de madeira, está relacionada à preocupação com a segurança ambiental e a saúde dos usuários.

Esses metais pesados e compostos bromados podem ter efeitos adversos à saúde humana e ao meio ambiente. Portanto, ao exigir que as tintas utilizadas nos móveis corporativos sejam livres dessas substâncias, as entidades licitantes buscam garantir que os produtos adquiridos atendam a padrões ambientais e de segurança estabelecidos.

Além disso, muitas organizações governamentais e privadas têm adotado práticas mais sustentáveis em suas operações, o que inclui a escolha de produtos que não

representem riscos ambientais ou à saúde. A exigência de laudos de ensaio específicos ajuda a assegurar que os móveis adquiridos estejam em conformidade com esses padrões e regulamentações.

Considerando da impugnação que trata “***Da Exigência de Laudo de Isolamento elétrico em nome do fabricante comprovando que o mobiliário atende a norma ANSI/TIA/EIA/596 garantindo 100% de isolamento eletromagnético***”, frisamos que:

Esse laudo reforça a necessidade de separação física entre cabeamentos lógico (telecomunicação) e elétrico, onde deve haver isolamento eletromagnético em eletrocalhas, eletrodutos, caixas de tomadas e calhas internas de pés de mesa, divisórias, e estações de trabalho, separando os circuitos de alimentação (110/220v) e cabos de comunicação (internet).

Contudo, a exigência referente ao laudo de ensaio em conformidade com a norma TIA-596, presente no edital de licitação para a compra de móveis corporativos, foi **reconsiderada e será excluída do escopo do processo licitatório**. A decisão de retirar essa exigência foi tomada com base nas seguintes considerações:

- **Inaplicabilidade da Norma:** A norma TIA-596 é especificamente direcionada para sistemas de cabeamento estruturado em telecomunicações, não sendo pertinente para avaliação de móveis corporativos, como mesas, armários e gaveteiros.
- **Foco em Normas Relevantes:** Para garantir a qualidade, segurança e ergonomia dos móveis corporativos, estamos atentos às normas e regulamentações específicas relacionadas ao mobiliário e ergonomia, adequadas ao escopo deste processo licitatório.
- **Simplificação e Clareza:** A exclusão dessa exigência visa simplificar o processo licitatório, eliminando requisitos desnecessários e assegurando maior clareza e compreensão por parte dos licitantes.

# Documento Digitalizado Público

## Resposta a Impugnação - Empresa Martim Bianco

**Assunto:** Resposta a Impugnação - Empresa Martim Bianco  
**Assinado por:** Julio Camilo  
**Tipo do Documento:** Documento Informativo  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ Julio Cesar Carneiro Camilo, DIRETOR(A) DE DIRETORIA - CD0004 - DILIC, em 11/01/2024 08:37:22.

Este documento foi armazenado no SUAP em 11/01/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 1667175  
**Código de Autenticação:** f02a0f18ea

